



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
ISCED – HUÍLA

ENSINO DA FILOSOFIA

**A NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLÍTICO
ANGOLANO**

Autores: Amélia Domingas Navita Sabalo
Evaristo Satula Chiwale

LUBANGO

2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
ISCED – HUÍLA
ENSINO DA FILOSOFIA

**A NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLÍTICO
ANGOLANO**

Trabalho Apresentado Para a
Obtenção de Grau de Licenciado
em Ensino da Filosofia

Autores: Amélia Domingas Navita Sabalo

Evaristo Satula Chiwale

Orientador: Dr. Manuel Bartolomeu

LUBANGO

2022

Dedicatória

Á toda a família que desde o primeiro momento acreditaram em nós, pois temos a certeza que não conseguiríamos sem o vosso auxílio, muito mas muito obrigado mesmo. (.....)

Agradecimentos

Na globalidade da experiência da vida, agradecemos todos aqueles que fizeram coro unânime com os seus incentivos de vária índole, constituindo, efectivamente, para nós uma presença preciosíssima e simpática. De facto, acreditamos que as flores não nascem sem o calor do sol, e os seres humanos não podem sê-lo sem o calor da amizade, pois a amizade provoca profundas incidências na vida feliz, na conduta apreciada e apreciável, na convivência social aceite e aceitável e na liberdade criadora e criativa. (.....)

Resumo

O trabalho tem como tema: A Necessidade da Ética no Ambiente Político angolano um estudo Realizado no Município de Lubango, tem como Pergunta Científico: “Em que Consiste A necessidade da ética no ambiente político angolano? Tem o seguinte objecto de estudo: A necessidade da ética no ambiente político angolano. Tem o seguinte objectivo geral de estudo: Descrever a necessidade da ética no ambiente político angolano. Perguntas Científicas: 1- Quais são os referentes teóricos e metodológicos que sustentam a necessidade da ética no ambiente político angolano? 2- Qual é o estado actual da Necessidade da ética no ambiente político angolano? 3- Como elaborar as estratégias para a Necessidade da ética no ambiente político angolano? 4- Quais são os resultados que se obterão com a Necessidade da ética no ambiente político angolano? Para fazer face as perguntas científicas empreenderam as seguintes tarefas de Investigação: 1- Fundamentar os referentes teóricos que sustentam a Necessidade da ética no ambiente político angolano. 2- Diagnosticar o estado actual sobre a Necessidade da ética no ambiente político angolano. 3- Como elaborar um quadro teórico que descreva a Necessidade da ética no ambiente político angolano. 4- Como validar a proposta de um quadro teórico sobre a Necessidade da ética no ambiente político angolano. No presente trabalho, utilizaram-se os métodos do nível teórico e empírico. Os do nível teórico são: análise, síntese, histórico – lógico, indutivo, dedutivo, abstracção e consulta bibliográfica. Do nível empírico utilizou-se, a observação sistemática. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a entrevista e, com muito esmero, os entrevistados destacaram o grande papel da ética e sublinharam mesmo o estudo da sua importância como razão sine qua non para o desenvolvimento do pensamento político em Angola.

Palavras-chave: Ética, Política e Angola.

Abstract

The work has need for Ethics in the Angolan Political Environment. A study carried out in the Municipality of Lubango, has the Scientific Question: what does the need for Ethics in the Angolan Political environment consist of? Has the following object of study: the need for ethics in the Angolan political environment. It has the following general study objective: To describe the need for ethics in the Angolan political environment. Scientific questions: 1- what are the theoretical and methodological references that support the need for ethics in the Angolan political environment? 2- What is the current state of the need for ethics in the Angolan political environment? 3- How to develop strategies for the Angolan political environment? 4- What are the results that will be obtained with the Angolan political environment? In order to face the scientific questions, they undertook the following research tasks: 1- To substantiate the theoretical references that support the need for ethics in the Angolan political environment. 2- Diagnose the current status of need for ethics in Angolan political environment. 3- How to elaborate a theoretical framework that describes the need for ethics in the Angolan political environment. 4- How to validate the proposal for a theoretical framework on the need for ethics in the Angolan political environment. In the present work, both theoretical and empirical methods were used. Those at the theoretical level are: analysis, synthesis, history – logical, inductive, deductive, abstraction and bibliographical consultation. From the empirical level, systematic observation was used. That's a research instrument, interviews were used and, with great care, the interviewees highlighted the great role of ethics and even underlined the study of its importance as a sine qua non reason for the development of political thought in Angola.

Keywords: Ethics, politics and Angolan.



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUILA

ISCED–HUIÍLA

À

Exma.

Vice-presidente Adjunto para

Área Científica do ISCED – Huíla.

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Eu: Manuel Bartolomeu, Docente efectivo ao Departamento de letras e Ciências Humanas enquadrado na secção de Filosofia, declaro ter orientado o trabalho de Licenciatura dos estudantes: **Amélia Domingas Navita Sabalo e Evaristo Satula Chiwale** município do Lubango, cujo título é: **A Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano**: Um estudo de caso no município do Lubango Província da Huíla.

O trabalho teve início em Janeiro de 2022 e terminou em Outubro de 2022, totalizando 10 meses.

Declaro ter cumprido as normas e regulamentos da Instituição. Assim, o trabalho cumpre requisitos científicos de elevada qualidade, nas vertentes académica, metodológica, ética e formal.

Lubango, 10 de Outubro de 2022.

O orientador:

Dr. Manuel Bartolomeu



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA

ISCED–Huíla

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Temos consciência que a cópia ou plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constitui uma grave violação ética académica.

Nesta base, Nós: **Amélia Domingas Navita Sabalo e Evaristo Satula Chiwale**, estudantes finalistas do instituto superior de ciências da Educação da Huíla (ISCED–Huíla) do curso de Filosofia do departamento de letras e ciências Humanas, declaramos por nossa honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquirido durante a nossa carreira estudantil e profissional.

Lubango, 10 de Outubro de 2022.

Os autores:

// Amélia Domingas Navita Sabalo//

// Evaristo Satula Chiwale //

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE LICENCIATURA.....	v
DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA	vi
0.1. Introdução.....	2
0.2. Pergunta de Partida:	3
0.3. Objecto da Investigação:.....	3
0.5. Objectivos Específicos da Investigação:	3
0.6. Tarefas da Investigação Científica	3
0.7. Definição dos Conceitos - Chave:	4
0.8. Metodologia:	5
0.9. Relevância do Estudo:	6
0.10. Relevância do Estudo:	7
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLITICO ANGOLANO.....	8
1.1.A política e a evolução das concepções de mundo.....	9
1.2. Origem e finalidade da vida política	10
1.3.Os regimes políticos	10
1.4. Os sofistas e a política como uma construção circunstancial.....	13
1.4.1- Platão e a construção idealista da República.....	16
1.4.2- Aristóteles e o homem como um animal político	19
CAPITULO II- CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ACTUAL SOBRE A NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLÍTICO ANGOLANO	22
2.1- A Filosofia como base.....	24

2.2- A Ética	25
2.3- A moral	26
2.4- O direito divino de governar e o realismo político.....	28
2.3- O Iluminismo e a política no séc. XIX.....	33
2.4.1- Maquiavel e o realismo político.....	35
CAPÍTULO III: CARATERIZAÇÃO METODOLOGICA DA PESQUISA	39
3.1- Classificação da Pesquisa	40
3.2- Tipo de pesquisa	41
3.3- Vantagens e desvantagens da pesquisa bibliografia	41
3.4- Vantagens da pesquisa bibliográfica.....	41
3.5- Desvantagens da pesquisa bibliográfica.....	42
Conclusões.....	43
Sugestões.....	44
Bibliografia.....	45

0.1. Introdução

Aqueles actos que na antiguidade, foram eticamente aceites como normais, deixaram de ser na sociedade moderna. Aquele político cruel, violento, mentiroso, inescrupuloso, egoísta sem consideração pelos governados, sem limites éticos nas suas acções para conquistar e manter o poder, há muito cedeu lugar ao político cortês, justo, educado, respeitador, honesto, servidor público e prestador de contas, por excelência. Pois que a libertação global exige uma constante e permanente promoção de valores materiais, e espirituais, uma lógica da estruturação hierárquica de saberes, uma equilibrada e respeitosa integração do saber científico – tecnológico num saber cultural mais vasto, amplo e inclusivo, à altura da dimensão humana. Por isso é preciso de facto trazer a verdade da história e não a verdade na história de modo a envolvermos os reais integrantes do panorama político angolano sem discriminação de nenhuma ordem, isto é, independentemente da sua filiação político-partidária.

As coisas que nos vão destruir são: as políticas sem princípios, prazer sem consciência, riqueza sem trabalho, conhecimento sem carácter, negócio sem moralidade, ciência sem humanidade, direitos sem responsabilidade e adoração sem sacrifício. É no horizonte disto e de tudo que, nesse momento, se faz ou se constrói, de grande e de belo, que colocamos o nosso pensamento processando-se sob a égide da existência humana, na vertente social, ético – moral e histórica; existência essa vista ao mesmo tempo como uma realidade visível e vivida dentro de uma responsabilidade pessoal e colectiva, comunitária ou sociedade.

Logo, a capacidade de abertura dialogal não só constitui a condição preliminar da libertação política, social, económica, religiosa, cultural, etc., da pessoa e do grupo, como bem pode ser também símbolo referencial obrigatório da conquista daquele espaço desejável onde à verdade da paz, do bem – estar, da harmonia, do respeito, da tolerância e da convivência pacífica se realizam plenamente. Assim será possível dizer-se que a civilização angolana, na sua amplitude pluriforme, não obstante as oscilações e suas condicionantes

históricas -ideológicas, é um complexo unitário referencial de concepções variadas e coloridas da vida pluri-inter-trans-meta angolana.

0.2. Pergunta de Partida:

Em que Consiste a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano?

0.3. Objecto da Investigação:

A presente investigação tem o seguinte objecto de estudo: A Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.

0.4. Objectivo Geral da Investigação:

A presente investigação tem o seguinte objectivo geral de estudo: Descrever a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.

0.5. Objectivos Específicos da Investigação:

- ❖ Descrever os referentes teóricos e metodológicos que sustentam a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.
- ❖ Descrever a importância da Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.
- ❖ Emitir sugestões sobre a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.

0.6. Tarefas da Investigação Científica

- ❖ Quais são os referentes teóricos e metodológicos que sustentam a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano?
- ❖ Qual é a importância da Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano?
- ❖ Quais são as sugestões sobre a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano?

0.7. Definição dos Conceitos - Chave:

❖ **Ética:** é o estudo do conjunto de valores morais de um grupo ou indivíduo, pretende racionalizar a moral e indicar aquilo que é certo e o que é errado em uma sociedade.

❖ **Política:** é uma palavra derivada do termo “politikos”, que designava os cidadãos que viviam na “polis”, por sua vez, era usada para se referir à cidade e também, em sentido mais abrangente, à sociedade organizada.

O Filósofo grego Aristóteles definiu o ser humano como um animal político, ou seja, um ser que inconscientemente busca a vida em comunidade, porque suas necessidades materiais e emocionais só podem ser satisfeitas pela convivência com outras pessoas. A política, para Aristóteles, começa no seio familiar, na convivência entre familiares, e depois se expande para o resto da sociedade.

❖ **Angola:** é um país no sul da África, com um território que abrange praias tropicais do Atlântico, além de um sistema labiríntico de rios e desertos subsarianos que se estende até a Namíbia. A história colonial do país se reflecte em sua cozinha de influência portuguesa e em marcos históricos, como a Fortaleza de São Miguel, construída pelos portugueses em 1976 para defender a capital Luanda.

0.8. Metodologia:

“A investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objectivos sejam alcançados”, (Gil, 1999, p. 29).

Métodos Científicos, é o conjunto de processos ou operações mentais que deve se empregar na investigação. Podemos também considera-los a linha de raciocínio adoptado no processo de pesquisa. Para a presente investigação foram utilizados os seguintes métodos:

Método de Nível Teórico: consiste em reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polémicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (Demo, 2000, p.20).

- **Análise – Síntese:** consiste na decomposição e composição dos fundamentos teóricos.
- **Histórico – Lógico:** consiste em investigar as várias teorias sobre a educação ao longo da história da Filosofia.
- **Método fenomenológico:** elaborado por Husserl, não dedutivo nem indutivo. Preocupou-se com a descrição directa da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como compreendido, o interpretado, o comunicado.
- **Método dialéctico:** proposto por Hegel, em que as contradições se transcendem dando origem a nova contradição que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. (Silva & Menezes, 2005, p.27).
- **Método dedutivo – indutivo:** Caracteriza-se, quando se parte de uma situação geral e genérica para uma particular e de uma situação particular para o geral e vice-versa.
- **Consulta Bibliográfica:** Consistiu na leitura aprofundada e avaliativa dos fundamentos teóricos.

0.9. Relevância do Estudo:

O presente tema não trata de uma invenção, muito menos de um tema levantado para servir simplesmente para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da educação na opção de Ensino da Filosofia. O presente tema reveste-se de uma importância capital quer no campo social, pedagógico, político e filosófico.

Ponto de Vista Social: O homem é caracterizado como sendo um ser social e sua inserção na sociedade é resultado de um Contrato Social tal como fundamenta Rousseau (1973, p.16). Nesta perspectiva a sua educação deve-se portanto para a vida digna em função da sociedade em que o mesmo se encontra.

Ponto de Vista Político: O termo política deriva de polis “cidade”. (Melo e Caldeira 2008 p.5), sua abrangência reside no facto de a Filosofia ser fundamental para a construção de uma nação e concomitantemente uma educação forte. Bem como para a criação de políticas públicas educativas assertivas.

Ponto de Vista Filosófico: fornecerá a Sociedade, a Comunidade académica e sobretudo aos estudantes do ISCED-HUÍLA conhecimentos sobre a necessidade da Ética no Arsenal Político angolano.

Ponto de Vista pedagógico: Vai além da transmissão de conhecimento teórico das disciplinas curriculares, ela contribui para a formação cidadã dos estudantes e promove a partilha de conhecimentos com base da visão de diversos filósofos.

Esta pesquisa esta dividida em III capítulos: o primeiro capítulo (I), trata da fundamentação teórica sobre a necessidade da ética no ambiente político angolano, na visão de alguns filósofos.

No segundo capítulo (II), é descrito a caracterização do estado actual sobre a necessidade da ética no ambiente político angolano. O terceiro capítulo (III), aborda os caminhos metodológicos da pesquisa, descreve a estratégia e a

metodologia utilizada na presente investigação. Este capítulo é seguido das conclusões, sugestões e bibliografia.

0.10. Relevância do Estudo:

O presente tema não trata de uma invenção nossa, muito menos de um tema levantado de ânimo leve para servir simplesmente para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação na opção de Filosofia. O presente tema reveste-se de uma importância capital na medida em que se refere de uma realidade social e histórica angolana. O tema é de extrema importância no campo Social, Político e Filosófico.

Ponto de Vista Social: O homem é caracterizado como sendo um ser social e sua inserção na sociedade é resultado de um Contrato Social tal como fundamenta Rousseau (p.16). Nesta perspectiva a sua educação deve-se portanto para a vida digna em função da sociedade em que o mesmo se encontra.

Se colocarmos este estudo na vida prática a comunidade Angolana, pautará pela concórdia, irmandade, tranquilidade, respeito pela diferença religiosa, cultural e acima de tudo o respeito pela sua identidade.

Ponto de Vista Filosófico: fornecerá a Sociedade Civil, aos Estudantes, Partidos Políticos, conhecimentos profundos sobre a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.

Ponto de Vista Sociológico: é um híbrido interdisciplinar que trata combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (inputs) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político. A sociologia da política é, pelo contrário, uma redução sociológica da política (SARTOR, 1972, p. 112).

Ponto de Vista Político: O termo política deriva de polis “cidade”. (Melo e Caldeira 2008 p.5); sua abrangência será no facto de a Ética ser fundamental para construção de uma nação e concomitantemente, uma política forte de governação.

**CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A
NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLITICO
ANGOLANO**

1.1. A política e a evolução das concepções de mundo

Importantes pensadores, como Aristóteles, Platão, os sofistas, Agostinho, Rousseau, Maquiavel, Locke e Hobbes, se debruçaram sobre o homem e suas relações políticas para analisar essa trama tão fundamental em nossas vidas. Pensaram sob ópticas distintas, por vezes, até semelhantes, mas todos nos provocam a reflectir sobre as decorrências em nossas vidas a partir da concepção do homem como ser essencialmente político. “Pior forma de governo, excepto todas as outras”, a democracia entrou na mira da frustração causada pela crise económica mundial.

Muitos países discutem modelos diferentes, com alguns alertando com o extremismo. Até o Brasil vive um reflexo disso, enfiado num vácuo de representatividade que separa a classe política dos cidadãos. Tudo parecia ir bem, até que a economia estragou o clima.

Desde a queda do Muro de Berlim, cada vez mais países davam poder ao povo e se transformavam em democracias, mas o sistema político começou a mostrar problemas por volta de 2008. A crise financeira chegou, mostrou suas garras e corroe o que havia de confiança nas instituições. Na outra ponta desse cenário, ganhavam força movimentos extremistas, retrocessos políticos e populismo crescente.

Foi assim em muitas partes do mundo, entre elas o Brasil. Esse momento chegou por aqui um pouco mais tarde e de maneira sensivelmente diferente. [...] O problema crucial no Brasil passa também pelo desencantamento e falta de identificação entre cidadãos e políticos. Mesmo que não haja uma situação extrema, a insatisfação está ligada ao mal fadado modelo com o qual o país convive: uma intrincada rede de partidos políticos que confundem os cidadãos e geram paralisia do sistema.

Enquanto os brasileiros brigam e se rotulam de "coxinhas" e "petralhas", há uma perda de foco dos verdadeiros problemas políticos do país. É assim que a democracia começa a ser colocada em choque. É dessa maneira que o povo perde sua força.

A crise que parece assolar o Brasil em 2015 é apenas uma fracção do que acontece no mundo desde 2008. Um pente fino pelo globo mostra que quase metade da população mundial ainda vive sob governos autoritários, e mesmo onde há democracia vê-se enfraquecimento da governação, perda de participação política, encolhimento da liberdade de imprensa e deterioração geral com as atitudes associadas com o poder popular.

1.2. Origem e finalidade da vida política

O conceito de cidadania está intimamente relacionado à noção de direitos, particularmente os direitos políticos que nos permitem intervir na direcção do Estado, participando de forma directa ou indirecta na formação e administração do governo.

Numa sociedade, os direitos de qual quer indivíduo do grupo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres de todos os componentes da sociedade. A cidadania é a tomada de consciência de seus direitos, tendo como contrapartida a realização dos deveres. Isso quer dizer que é necessário o efectivo exercício dos direitos civis, dos direitos políticos e socioeconómicos, assim como participar e contribuir para o bem-estar da sociedade. A cidadania está em processo permanente de construção e carrega um referencial de conquista dos seres humanos, buscando mais direitos, melhores garantias de vida individual e colectiva, maior liberdade, sem se conformar frente às dominações e opressões.

1.3. Os regimes políticos

Vamos, mais uma vez, recorrer à formação das palavras, agora para compreender o significado de “regimes políticos”. Temos aqui uso de dois vocábulos gregos: *arche* – o que tem comando – *ekratos* – a autoridade suprema. Formam-se dois grupos: as palavras compostas com *arche* (arquia) designam quantos estão no comando. As compostas com *kratos* (cracia) designam quem está no poder. Para Chauí (2012), do ponto de vista da “*arché*”, os regimes políticos são: a) Monarquia ou governo de um só (monas); b) Oligarquia ou governo de alguns (oligos); c) Poliarquia ou governo de muitos

(polos); d) Anarquia ou governo de ninguém (ana). Já do ponto de vista do “kratos”, os regimes políticos são:

a) Autocracia (poder de uma pessoa reconhecida como rei), b) Aristocrácia (poder dos melhores), c) Democracia (poder do povo). Por que retomamos a história da Grécia e da Roma Antiga para compreender esses processos? É que lá está o berço da organização social e política que herdamos, que fundamentam nossa formação política. Na história arcaica grega e romana, o regime político era oligárquico-aristocrático. Isso significa que as famílias ricas eram hereditárias do poder, mesmo quando aceitavam a entrada de novos membros no governo, já que as novas famílias se tornavam hereditárias também. Ainda assim, vale destacar que a cidade grega de Atenas teve o único regime verdadeiramente democrático.

Regime político é a organização das relações estabelecidas entre governantes e governados. É, portanto, uma noção mais restrita que a de politeia entre os gregos, que designava a organização da sociedade política (*polis*) como um todo, compreendendo não só as relações entre governantes e governados, mas também o conjunto das relações económicas e sociais, como a organização da família, por exemplo. Aristóteles e Platão elaboraram três ideias políticas a partir dessa antiga experiência política: a que analisa a distinção entre regimes políticos e não políticos, a que causa a variação de regimes políticos e a de transformação de um regime político em outro. Chauí (2012) explica as três ideias: **1.** A distinção entre regimes políticos e não políticos: Só consideramos regime político se esse for instituído por um conjunto de leis reconhecido publicamente e sob o qual todos estejam sujeitos, mesmo os governantes. Ter ou não um corpo de leis nos leva à ideia de regimes políticos legítimos e ilegítimos. Um regime legítimo é aquele que além de actuar na legalidade, também é justo, as leis são feitas à luz da justiça. Quando a lei é injusta ou quando o regime é contraditório à lei estabelecida, temos um regime ilegítimo, ilegal.

2. A de causa da variação de regimes políticos: Aristóteles atribuía a variação dos regimes políticos a dois factores principais: a natureza do povo e a extensão do território. Foram os filósofos gregos que legaram para o Ocidente

a ideia de regimes políticos naturais. Veja a análise de Aristóteles, nas palavras de Chauí (2012,p. 447): Assim, por exemplo, um povo cuja índole ou natureza tende espontaneamente para a igualdade e a liberdade e cuja cidade é de pequena extensão territorial, naturalmente instituirá uma democracia e será mal - avisado se a substituir por um outro regime. Em contrapartida, um povo cuja índole ou natureza tende espontaneamente para a obediência a uma única autoridade e que vive num território extenso, naturalmente instituirá a monarquia, sendo desavisado se a substituir por outro regime político. Dessa maneira, os filósofos gregos legaram ao Ocidente a ideia de regimes políticos naturais, isto é, a ideia de que a instituição de um regime político depende de factores produzidos pela natureza (a índole natural de um povo e o tipo de território em que se instala).

3. A transformação de um regime político em outro: A partir de mudanças económicas, tais como diminuição do número de rico se aumento do número de pobres ou o inverso e também como resultados de guerras (conquistas de novos territórios com suas populações), os regimes políticos se transformam. Para Aristóteles e Platão, a ausência ou a presença da lei, a variação militar e económica, geram como consequência a decadência ou então a corrupção dos regimes políticos. Acompanhe essas consequências: quando um só governa com foco em seus interesses pessoais, a monarquia degenera em tirania; a aristocracia degenera e moligarquia dos muito ricos quando esses também governam apenas em seu interesse próprio; a democracia degenera em demagogia e, por sua vez, a demagogia em anarquia. A anarquia pode conduzir à tirania quando a sociedade, sem governo, recorre para um homem superior aos demais buscando nele a salvação através do uso de armas e de argumentos. Chauí (2012) reforça que essa tipologia platónico – aristotélica que analisa o valor dos que participam do poder e a teoria da decadência ou corrupção dos regimes políticos vai ter grande influência até o século XVIII.

A política tem como objectivo concretizar a vida justa e feliz. Uma vez que isso significa que a vida propriamente humana é digna de seres livres, então é indissociável da ética. Para os gregos, a ética existia inserida na comunidade política. A *polis*, ou comunidade dos iguais, era a realização mais elevada da essência humana para os gregos antigos.

Segundo Aristóteles, a práxis – definida por ele como a acção voluntária de um agente racional em vista de um fim considerado bom – é, por excelência, política. Para ele, o homem é, por natureza, um ser político que não consegue viver sozinho, por isso realiza a sua felicidade plena na *polis*. É na cidade que se concretiza a felicidade, já que não teria sentido algum para o homem ser virtuoso se não fosse com o objectivo de partilhar com os demais cidadãos. Aristóteles aponta que a felicidade entendida, praticada e exercida na *polis* deve visar sempre ao bem comum de todos os cidadãos. Quem age buscando o bem comum vive feliz.

Então a felicidade seria a arte de viver bem e se compõe como o bem supremo à luz do qual todas as acções do homem se voltam. A visão de Platão e de Aristóteles vincula ética e política: Platão identifica a justiça no indivíduo e também na *polis*; Aristóteles subordina o bem do indivíduo ao Bem Supremo da *polis*. Par Chauí (2012, p. 448):

Esse vínculo interno entre ética e política significava que as qualidades das leis e do poder dependiam das qualidades morais dos cidadãos e vice-versa, das qualidades da Cidade dependiam as virtudes dos cidadãos. Somente na Cidade boa e justa os homens poderiam ser bons e justos; e somente homens bons e justos são capazes de instituir uma Cidade boa e justa.

Numa abordagem filosófica, o artigo discute a formação ética a partir das possibilidades da arte de viver. Explicita que a arte de viver tem uma dimensão estética em que própria obra da vida tem a arte como modelo. Expõe a articulação entre o universal e o particular, para apontar que uma educação ético - estética se constitui pelo reconhecimento da tensão entre o eu singular e o nós.

1.4. Os sofistas e a política como uma construção circunstancial

Devemos nos lembrar de que os sofistas eram um grupo de filósofos que actuava na Grécia Antiga que se propunha ensinar a arte do convencimento aos cidadãos. Quem pudesse pagar pelas orientações dos sofistas ficava apto

a assumir cargos públicos ou se defender em um caso litigioso. A técnica dos sofistas se concentrava na persuasão para convencer o interlocutor em um debate. Era mardilosos oradores, deslumbravam aqueles que os ouviam ensinando a transformar um argumento fraco em um argumento forte, e vice-versa.

O foco era argumentar, refutar o adversário, não importando qual posições precisariam defender. Articulavam as palavras conforme as necessidades do debate para envolver e derrotar o oponente. A partir do relativismo moral, os sofistas rejeitavam qualquer verdade universal, defendiam uma vida de subjectivismo relativista.

Notamos como fica clara aqui a posição dos sofistas ao analisar a *polis*: para eles, a vida na *polis* surge quando os homens percebem que é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Isso significa que a *polis* nasce por convenção e, já que as leis são convenções humanas, podem mudar, desde que haja mudanças nos cenários, nas circunstâncias. O objectivo da política era alcançar a justiça compreendida como a concórdia obtida pela discussão pública de interesses contrários e de opiniões. Através do debate entre os opostos, garantia-se expor argumentos antagónicos de forma persuasiva o que deveria conduzir à vitória daquele interesse que fosse mais bem argumentado, sendo então aprovado pelo voto da maioria.

Segundo Chauí (2012), a justiça se configurava não apenas na conservação das leis, mas também em permitir e viabilizar sua mudança sem destruir a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças na ordem política, sem destruição, é o debate para chegar ao consenso, isto é, a expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.

Nesse cenário, a actuação dos sofistas, que ofereciam seus préstimos como professores da arte da discussão e da persuasão, tinha muito valor e importância. Os jovens que pudessem pagar pelo trabalho dos sofistas eram orientados a discutir em público com excelente retórica, combater ou defender opiniões, aprendiam a usar argumentos persuasivos tanto para os prós como

para os contras em todas as questões. A retórica é um instrumento de persuasão muito usado para fins políticos. A democracia considera a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias. Por isso, a retórica é um recurso que, se bem aplicado, pode aumentar a influência política. Platão e Sócrates, porém, nos alertam: a retórica não considera a verdade. Isso significa que, por meios de paradoxos lógicos, ou tomando premissas falsas, a retórica também pode servir para enganar as pessoas, camuflar ou mesmo esconder a verdade.

A retórica, a eloquência, mesmo que por caminhos escusos, eram ensinadas pelos sofistas aos cidadãos comuns e esses, por sua vez, tinham maior envolvimento e participação na administração da cidade. Os sofistas adequaram o método dialéctico às necessidades políticas da realidade na qual estavam inseridos. Aproveitaram-se do ambiente político ateniense do século V a. C. Sendo que em Atenas, depois das reformas políticas instituídas por Péricles, as instituições políticas tinham uma característica fortemente democrática.

Teoricamente, todos os cidadãos tinham a possibilidade de falar nas assembleias públicas e o senso de oportunismo dos sofistas não deixava escapar essas oportunidades. Já ouvimos pessoas discutirem a partir de premissas muito diferentes, muito distintas? Já notamos que partem, geralmente, de um ponto que consideram como “verdade”, mas que pode ser apenas uma forma de análise entre tantas outras? Isso pode significar que a verdade é relativa, que cada de batedor considera uma vertente. Os sofistas fizeram uma espécie de ruptura teórica com a filosofia pré-socrática, criando um ambiente favorável para que o sujeito político fosse o abalizador da verdade. Vejamos como faz sentido a máxima do sofista Protágoras: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são.” Os regimes políticos, sobre a tipologia platónico -aristotélica que analisa o valor dos que participam do poder e a teoria da decadência ou corrupção dos regimes políticos.

Analisar como surge a vida na *polis* para os sofistas e qual era o objectivo da política na concepção desses filósofos. Vale destacar o conceito que os

sofistas tinham sobre a forma de exercer a justiça e como viabilizar mudanças sem destruir a comunidade política.

Considerar também o valor e a importância da retórica na democracia. A própria característica da democracia, que abarca a possibilidade de convencer os outros a apoiarem suas ideias requer eloquência e retórica para aumentar a influência política.

Segundo Aristóteles, a práxis é, por excelência, política. Para ele, o homem é um ser político por natureza e que não consegue viver sozinho. A *polis* possibilita que o homem realize sua felicidade plena.

Aristóteles aponta que não teria sentido algum para o homem ser virtuoso se não fosse com o objectivo de compartilhar com demais cidadãos. A felicidade entendida, praticada e exercida na *polis* deve visar sempre ao bem comum de todos os cidadãos.

1.4.1- Platão e a construção idealista da República

Já imaginamos uma sociedade governada por filósofos? Como seria uma cidade onde a justiça, a moral e a espiritualidade predominassem deixando em segundo plano os recursos materiais? Pois foi assim que Platão se dedicou às suas reflexões de carácter político. Indicava que os Estados eram mal governados e que apenas a Filosofia poderia ajudar a discernir todas as formas de justiça política e individual. Uma vez que a justiça é concretizada pelo homem, deve ser intensamente buscada para que a ordem se estabeleça no convívio entre os iguais. O que faz uma cidade feliz, para Platão, são as decisões assumidas na esfera comum, considerando o que for melhor para todos preservando assim a justiça e o direito.

Percebamos como justiça e direito estão intimamente relacionados. Nos referimos ao justo quando reconhecemos que o direito foi aplicado correctamente, com justiça. O direito é um conjunto de normas para disciplinar as relações, inclusive apontando sanções quando as regressão desrespeitadas. A aplicação das sanções está ligada à ideia do que é justo, daquilo que a sociedade considera como certo, correcto.

Considerava que a política justa era feita com ciência, com ética e obtida através de uma base pedagógica sólida. Pessanha (2004) ressalta essa marca em Platão:

Compreende que o desejo de actuar politicamente deve passar primeiro por um processo iluminador e purificador do tipo socrático. Antes de agir, é necessário ter consciência da finalidade da acção. Para agir com rectidão e justeza, é preciso, antes, saber o que é justiça; saber o que é essa medida padrão, essa justa medida capaz de medir as acções morais ou políticas, individuais ou colectivas, e revelar se elas são realmente justas... (PESSANHA, 2004, p. 53).

Chauí (2012) aponta que, para Platão os homens são dotados de três princípios de actividades, três almas. E que também a *polis* tem uma estrutura tríptica, composta de três classes sociais.

As três almas dos homens: 1- Alma desejante ou concupiscente: o objectivo é satisfazer os apetites do corpo, ligados à sobrevivência, e também os que causam prazer; 2- Alma colérica ou irascível: ao reagir à dor nos protege contra as agressões de outros humanos e também do meio ambiente; 3- Alma intelectual ou racional: que se volta ao conhecimento que pode ser sob a forma de opiniões e percepções obtidas pela experiência, como também sob a forma de ideias verdadeiras contempladas pelo puro pensamento.

As três classes sociais Classe económicas dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes: garante a sobrevivência material da cidade. Classe militar dos guerreiros: responsável pela defesa da cidade. Classe dos magistrados: garante o governo da cidade sob as leis. **O que é, para Platão, um homem justo?** É aquele cuja alma racional, fundada na vontade e no pensamento, consegue ser mais forte do que as outras duas almas. Dessa maneira, impõe à alma concupiscente a virtude da temperança ou moderação, e à alma colérica, a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência. Então, o homem justo é o homem virtuoso sendo que a virtude é o domínio da razão sobre a cólera e o desejo. A justiça ética seria obtida através da hierarquia das almas: a alma superior domina e se sobrepõe às almas inferiores.

E o que seria a justiça política? Platão usa a mesma hierarquia, agora aplicada à comunidade. Aos legisladores, que são sábios, cabe governar; os militares se subordinam aos legisladores e cabe a esses defender a cidade, e os componentes da classe económica, por sua vez, subordinados aos legisladores, devem garantir a sobrevivência da *polis*. E ainda temos mais uma questão: como concretizar, possibilitar uma cidade justa? Essa é a função da educação: desde a primeira infância, a *polis* deve tomar para si o cuidado total das crianças, educando-as para as funções necessárias à cidade. Chauí (2012, p. 445) explica esse processo:

A educação dos cidadãos submete as crianças a uma mesma formação inicial em cujo término passam por uma selecção: as menos aptas serão destinadas à classe económica, enquanto as mais aptas prosseguirão os estudos. Uma nova selecção separa os jovens: os menos aptos serão destinados à classe militar enquanto os mais aptos continuarão a ser educados. O novo ciclo educacional ensina as ciências aos jovens e os submete a uma última selecção: os menos aptos serão os administradores da polis enquanto os mais aptos prosseguirão os estudos.

Aprendem, agora, a filosofia, que os transformará em sábios legisladores, para que sejam a classe dirigente. Como ficaria o cenário de uma cidade justa: quem governa e a dirige racionalmente são os filósofos, é administrada pelos cientistas, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores. Para o bem da *polis*, cada uma das classes deverá cumprir sua função. O que seria uma cidade injusta para Platão? É aquela na qual a ordem fica subvertida e o bem comum da polis será abandonado. Vejamos: se o governo estiver nas mãos dos proprietários esses lutarão por interesses económicos particulares; caso esteja nas mãos dos militares eles a envolverão em guerras porque desejam satisfazer seus desejos particulares de honra e glória. Para Platão, apenas os filósofos podem governar a polis com justiça porque esses têm como interesse o bem geral da *polis*.

A política tem como objectivo concretizar a vida justa e feliz. Uma vez que isso significa que a vida propriamente humana é digna de seres livres, então é indissociável da ética. Para os gregos, a ética existia inserida na comunidade política. A *polis*, ou comunidade dos iguais,

era a realização mais elevada da essência humana para os gregos antigos.

1.4.2- Aristóteles e o homem como um animal político

A teoria política de Aristóteles é diferente da que acabamos de conhecer em Platão. Para analisar e apontar o que é justiça, Aristóteles nos conduz a reflectir sobre dois tipos de bens: os partilháveis e os participáveis. Conforme esclarece Chauí (2012), um bem é partilhável quando se relaciona a uma quantidade que pode ser dividida e distribuída, daí o “partilhável”. Já um bem é participável quando é uma qualidade indivisível, impossível de ser repartida e distribuída, podendo apenas ser participada. Esses exemplos para bem partilhável e participável: a riqueza é um bem partilhável (pode ser dividida e distribuída), e o poder político é um bem participável, porque é uma qualidade indivisível. Aristóteles aponta então que há dois tipos de justiça na polis: a justiça distributiva, relacionada aos bens económicos partilháveis; e a justiça participativa, relacionada ao poder político participável. A cidade será justa, ao fazer a diferença entre essas duas formas de justiça e possibilitar a concretização de ambas em igualdade.

Já ouvimos essa afirmação “Tratar diferentes os desiguais”? Ela é de Patrus Ananias, que foi ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vejamos como essa frase está em consonância com a concepção de justiça para Aristóteles. Para esse filósofo, a justiça distributiva consiste em dar a cada um o que é devido e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Por que uma cidade é injusta quando há diferença entre ricos e pobres? Para Aristóteles, o objectivo da justiça distributiva é o de igualar os desiguais, através da distribuição desigual dos bens, para dar a todos o que lhes é devido como seres humanos. Chauí (2012) indica que, na cidade injusta, o direito dos pobres em ter acesso às riquezas é vedado por limitações impostas à extensão da propriedade, de fixação da boa remuneração do trabalho dos trabalhadores pobres, de impostos e tributos que recaiam sobre os ricos apenas etc. Perceba como a consequência é ter, na cidade injusta, uma parcela dos cidadãos sem o direito à vida boa garantido. O carácter comunitário da filosofia de Aristóteles resulta das diversas formas de análise da política que o filósofo apresenta na articulação dos seguintes aspectos: a tese

de que o ser humano é um animal político; o modo como esta é realizado na comunidade política, na qual o logos se manifesta como actividade discursiva compartilhada; o cultivo de determinadas virtudes ético - políticas presentes na convivência humana, sobretudo, a amizade; a auto-suficiência do cidadão e o seu vínculo com a autarquia da comunidade política. A retomada de um moderno conceito de comunidade, na tentativa de reactualizar os princípios gerais do comunitarismo aristotélico, pode ser compatível com determinadas teses liberais, sobretudo, a questão da liberdade (autonomia) individual e o fato do pluralismo ético e político nas sociedades modernas. Já para alcançar a justiça política é preciso respeitar o modo pelo qual a comunidade estabeleceu a participação no poder.

Trata-se de levar em conta aquilo que a cidade mais valoriza: os regimes políticos variando em função do valor mais respeitado pelos cidadãos. Chauí (2012, p. 446) aponta essa flexibilidade em cada *polis*: Há cidades que valorizam a honra (isto é, a hierarquia social baseada no sangue, na terra e nas tradições), julgando o poder a honra mais alta que cabe a um só: tem-se a monarquia, onde é justo que um só participe do poder. Há cidades que valorizam a virtude como excelência de carácter coragem, lealdade, fidelidade ao grupo e aos antepassados), julgando que o poder cabe aos melhores: tem-se a aristocracia, onde é justo que somente alguns participem do poder. Há cidades que valorizam a igualdade (são iguais os que são livres), consideram a diferença económica e não política entre ricos e pobres, e julgam que todos possuem o direito de participar do poder: tem-se a democracia, na qual é justo que todos governem.

Enquanto Platão se debruça sobre a formação e a educação do governante filósofo, – que é o dirigente político – Aristóteles destaca a qualidade das instituições políticas como os tribunais, assembleias, distribuição da riqueza, organização do exército, forma da colecta de impostos e tributos etc. Tanto Platão quanto Aristóteles deixam um legado importante para as teorias políticas subsequentes a partir de duas maneiras de conceber a qualidade justa da cidade: platonicamente, essa qualidade depende das virtudes do dirigente; aristotelicamente, das virtudes das instituições.

A justiça distributiva consiste em dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Se, por exemplo, a *polis* passar por um período de fome em decorrência de factores climáticos e que consiga obter alimentos para distribuir a todos, como deverá proceder para ser justa? A cidade não poderá repartir os alimentos de forma igual para todos.

Deverá doar o alimento aos pobres e vender aos ricos. Dessa maneira vai conseguir fundos para comprar novos alimentos. Será injusta se doara todos ou se vender a todos. Também, será injusta se atribuir a todos as mesmas quantidades de alimentos já que as famílias são desiguais quanto ao número. Então, é justo tratar desigualmente os desiguais para que recebam os partilháveis segundo suas necessidades e condições.

**CAPITULO II- CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ACTUAL
SOBRE A NECESSIDADE DA ÉTICA NO AMBIENTE POLÍTICO
ANGOLANO**

O conteúdo expresso neste capítulo introduz-nos a essência deste investigatório, que cumpre uma função analítica e reflexiva sobre a problemática da Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano, caracterizando os seus efeitos positivos e negativos na actual conjuntura sócio histórica e no processo do desenvolvimento da sociedade angolana.

Pretende-se fazer uma análise objectiva e realista do problema, assente em pressupostos científicos e desprovida de dependência político – partidária e ideológicas que muitas vezes distorcem a realidade dos factos em Angola.

A Ética no Ambiente Político Angolano constitui um dos problemas que reflectem o simbolismo pela luta da resistência contra a ocupação colonial portuguesa e aos invasores racistas da África do sul, bem como o elemento impulsionador da luta, pela conquista, da conservação da independência nacional, do processo de reconstrução do país, da consolidação da paz e da reconciliação entre os angolanos.

Contudo, verifica-se que do ponto de vista político e militar, o princípio da Ética, não tem surtido efeitos positivos no seio do povo, na defesa colectiva dos interesses do país; assim como no domínio socioeconómico, a cultura e/ou mesmo linguístico, no âmbito da humanização e a unificação do povo de Angola, ainda há discrepâncias, o que suscita alguma duvida sobre o sentido da intenção real e da aplicação do princípio: “de Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação” Neto (1922 à 1979).

As grandes assimetrias regionais em matérias de desenvolvimento económico, social e cultural que ainda se verificam, introduzem um factor negativo na concepção de uma verdadeira unificação nacional e do sentimento verdadeiro do amor a pátria.

A modernização de sociedade angolana, catalisada pela política da globalização, permite observar que há, uma tendência cada vez maior de absorver o que vem do resto do mundo (principalmente do Ocidente), em detrimento da realidade sociocultural e a história dos povos que hoje

constituem a chamada “nação” angolana. Hoje em dia, pouco se ensina de forma adequada sobre a história de Angola.

A maioria do povo, principalmente alunos e estudantes do ensino médio e universitário, não consegue decifrar o conteúdo traduzido nos símbolos nacionais e nem sabe a importância da Ética na vida humana. Estes são apenas alguns exemplos que, caracterizam a situação actual que se vive no país.

Porém urge a necessidade imperiosa, de se conceber políticas educativas mas coerentes e eficazes, a fim de se mudar a mentalidade dos cidadãos e em particular dos estudantes, de forma a criar uma nação próspera, onde cada um possa sentir o orgulho e a estima de ser angolano desprovido de quaisquer tipos de preconceitos raciais, tribais, religiosos ou políticos.

2.1- A Filosofia como base

A ética e a moral formam sempre parte do estudo da filosofia. É a filosofia que estuda o sentido da vida, estuda o porquê da vida. Se suprimirmos a filosofia sentiremos sede de orientação.

A filosofia tem como finalidade debater, confrontar ideias, instaurar a suspeita, de provocar a negação e a ruptura, enfim, de incitar á participação no processo de criação de novos homens. Assim, ensinar filosofia instiga ao desmonte das certezas, ao questionamento do instituído; “bas-fonds” das ideias e nas ordens das razões, instrumentalizando a crítica e a ampliação da visão do mundo.¹

Durante muitos anos, e em muitos países, a filosofia foi apenas para elite, servindo apenas as classes dirigentes. Hoje a filosofia deixou de ser para uma classe de elite intelectual e social, é um elemento essencial à educação e a cidadania. Não se trata apenas de desenvolver o pensamento crítico e criativo, mas também, lançar as bases para uma sociedade democrática onde, para além das divergências, sejam fundados na razão os valores de tolerância, de justiça e de solidariedade. Portanto, o foco não é só epistemológico, mas também moral. Este foco visa fazer os alunos, estudantes, políticos e a

sociedade no geral, reflectirem principalmente sobre questões éticas, as regras que devem guiar as condutas individuais e colectivas.

A filosofia ajuda-nos a pensar no destino das coisas, na busca da essência das coisas, na constante busca da verdade.

2.2- A Ética

O termo ético deriva do grego *ethos* (carácter, modo de ser de uma pessoa). Ética é o nome geralmente dado ao ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais.

Diferencia da moral, pois enquanto esta se fundamenta na obediência a normas, tabus, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos recebidos, a ética, ao contrário, busca fundamentar o bom modo de viver pelo pensamento humano. Assim a ética pode ser definida como a ciência que estuda a conduta humana, e a moral é a qualidade desta conduta, quando se julga do ponto de vista do bem e do mal.

A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. Num país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser ético. Em outro país, esta atitude pode desrespeitar os princípios éticos estabelecidos. Aproveitando o exemplo, a ética na área de pesquisas biológicas é denominada bioética.

Em Angola, e em muitos outros países, a carne de vaca é muito apreciada na culinária. Mas, ao contrário, na Índia a vaca ou o boi, não pode ser morto ou ferido, e deve circular por onde bem entender, sem ser incomodado. O leite da vaca, sua urina e até mesmo suas vezes são utilizados em rituais de purificação. Na Índia, as vacas passeiam tranquilamente pelas cidades e vilas, sem que sejam molestadas pelos habitantes. Elas morrem de velhice e possuem hospitais próprios. No inverso, um cidadão pode ser enviado para

prisão por matar ou ferir uma vaca que continua a ser o mais respeitado e protegido, dentre todos os animais da Índia²

Além dos princípios gerais que norteiam o bom funcionamento social, existe também a ética de determinados grupos ou locais específicos. Neste sentido, podemos citar: ética médica, ética de trabalho, ética empresarial, ética educacional, ética do desporto, ética jornalística, ética na política, etc.

Uma pessoa que não segue a ética da sociedade à qual pertence é chamado de antiético, assim como o acto praticado.

2.3- A moral

A Problemática da moral na nossa sociedade não encontra solução fora da educação, do meio social e da família. Por isso, faremos alguma abordagem sobre o papel desta incontornável tríade.

Um facto é certo: á virtude, chega-se com muita fadiga, mas ao vício escorrega-se com muita facilidade e agilidade. ...É preciso, por conseguinte, estarmos atentos para não fazermos dos vícios uma cultura.³

Tal como a cultura, a moral “não é um acontecimento espontâneo, instintivo, inato ou automático; ela requer uma aprendizagem, uma educação e, por, conseguinte, exige, quer do indivíduo singular, quer da sociedade, um esforço árduo, sacrifícios e um empenho constante.⁴

Aí justamente reside o papel preponderante da educação, da escola em exercitar a mente das crianças e dos jovens na direcção certa.

A moral tem um dos aspectos bem salientes que é a dinâmica e a dialéctica pelo que ela não é uma realidade estática, opaca ou fechada em si mesma, bem pelo contrário ela está sempre em constante mutação, transformação e evolução. Ela está a par e passo com a sociedade e a humanidade. Devido a esta dinâmica, entendemos que tal como a cultura, também a moral “se não cresce, declina; se não progride, retrocede; se não se aperfeiçoa, caí no vício⁵”.

³IMBAMBA, J. M.,o.c.p. 36

⁴ Ibid, p. 35

⁵ Ibid, p. 36

O facto de não termos sido suficientemente actuates ou agressivos na educação moral activa, ou termos estado na educação moral passiva, foi suficiente para ela não estar parada, porque em alguns casos declinou, noutros casos retrocedeu gravemente. Não conseguimos proteger contra as influências externas nocivas, nem preparamos os nossos jovens para o exercício de análise do bom e do mau.

Resultado é que assimilou tudo o que lhe apareceu. É muito difícil endireitar algo que já cresceu torto. Uma árvore já crescida é difícil endireitá-la. Pior um pouco, se esta árvore já está a dar frutos, os quais sairão à imagem e semelhança da árvore mãe.

A moral é também chamada de “uma contínua auto-superação, a um contínuo abrir-se aquilo que ela não é, porque ela não se esgota em si mesma.”⁶ Ela deve adaptar-se e responder às novas exigências que a vida, a história e o ambiente impõem. Daí que quando um determinado modelo moral não corresponde mais aos anseios da sociedade, deve ser avaliado e melhorado, eliminando o que não serve, não presta, e simultaneamente injectar novos valores e ideias renovadoras.

E agora a nossa pergunta é: que moral para a sociedade angolana? O que deve ser retirado de nocivo no modelo moral na nossa sociedade? E outra pergunta: será que temos mesmo modelo moral algum na sociedade? Quais são os seus traços?

⁶ Ibid.o.c. pag. 3

2.4- O direito divino de governar e o realismo político

Exercer dignamente nossa cidadania, actuar como seres políticos que somos, interagir com a sociedade, requer a construção de uma consciência sociopolítica para que possamos observar, interpretar e actuar na trama desse rico universo de relações.

Com ajuda da Filosofia, continuamos a reflectir sobre como nós nos formamos politicamente. Percorremos um caminho que passou pela compreensão dos regimes políticos, pelos sofistas que compreendiam a política como uma construção circunstancial, por Platão e Aristóteles, que concebiam o homem como ser essencialmente político e, agora, vamos nos deparar com a visão de Agostinho – com o direito divino de governar – e Maquiavel, – com o realismo político.

Em 11 de Setembro de 2001, dois aviões foram lançados com tripulação, seus passageiros e terroristas suicidas sobre as duas torres do World Trade Center, em Nova York. Essa foi apenas uma parte de uma sequência de atentados. As cenas ao vivo, mostradas pelas Televisões de todo o mundo, faziam tudo parecer um grande espectáculo.

A organização terrorista Al Qaeda – com seu líder Osama Bin Laden–, foi responsabilizada pelo ataque aos Estados Unidos que utilizaram os atentados de 11 de Setembro como justificativa para implementar uma "cruzada mundial contra o terror" em defesa da "paz mundial" e da sua segurança interna. O terrorismo, os governos que lhe dão apoio e abrigo e os países que desenvolvem armas de destruição em massa e que contestam o poder norte-americano, foram colocados como os principais alvos da nova doutrina de segurança nacional. Passaram a ser classificados em um agrupamento denominado "Eixo do Mal".

A expressão "Eixo do Mal" foi utilizada pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para se referir a três países ("Estados vilões") que constituíam uma grave ameaça ao mundo e à segurança dos Estados Unidos: Coreia do Norte, Irão e Iraque. Segundo Bush, esses países desenvolviam armas de destruição em massa ou patrocinaavam terrorismo regional e mundial, ou faziam

as duas coisas ao mesmo tempo. Mais tarde os Estados Unidos incluíram também Cuba, Líbia e Síria a este grupo de países. A expressão "Eixo do Mal" é uma dupla referência histórica: eixo lembra o eixo Berlim - Roma na Segunda Guerra Mundial (nazifascismo) e mal retoma o termo império do mal, forma como o governo Reagan se referia à União Soviética durante a Guerra Fria. Um eixo do mal mantém latente a ameaça exterior e justifica a necessidade de manutenção de um expressivo orçamento, do governo Bush, na defesa.

Em 2002, o presidente George Bush divulgou o documento "A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos", que ficou conhecido como "Doutrina Bush". Este documento apresenta as estratégias político-militares que passaram a ser adoptadas pelo país em nome da defesa nacional, frente às ameaças a que poderiam estar sujeitos o território e o povo norte-americanos.

O documento declara a intenção dos Estados Unidos em agir militarmente, por conta própria e decisão unilateral em nome do direito de autodefesa, de maneira preventiva e antecipada: atacar antes e perguntar depois. Dessa forma, os Estados Unidos, em nome do antiterrorismo e do combate de países considerados e avaliados como ameaçadores aos seus interesses, justificaram as suas acções e procuraram torná-las legítimas diante da opinião pública norte americana e internacional.

A Doutrina Bush determinou ainda o fortalecimento das alianças com outros Estados para derrotar o terrorismo no mundo. A declaração norte-americana deixou claro que, em nome da "paz e da segurança internacional", os Estados Unidos não permitirão a ascensão de qualquer potência, a ponto de rivalizar com o seu poder e a sua liderança militar, alcançada desde o fim da Guerra Fria e da URSS. Ao afirmar a sua condição de superpotência militar global, a Doutrina Bush aponta para o alargamento dos interesses económicos norte-americanos.

A guerra e a ocupação do Iraque, embora façam parte das acções pragmáticas da Doutrina Bush de guerra preventiva, não foram apoiadas em provas de que este país desenvolvesse armas de destruição em massa (justificativa para a sua invasão) ou financiasse o terror. Depois os Estados Unidos declararem a

vitória sobre o Iraque, de terem conseguido a prisão de Saddam Hussein e o estabelecimento de um governo provisório, a situação do Iraque permaneceu incontrolável.

A Doutrina Bush mudou a direcção das relações internacionais dos Estados Unidos, substituindo os princípios da contenção da época da Guerra Fria – baseada na persuasão e dissuasão – pelo de ataques preventivos. Consolidou o unilateralismo como princípio norteador da nova política externa norte americana, indiferente aos tratados e instituições internacionais.

Não pode faltar Agostinho e o direito divino de governar Imagine um governante que não tenha a idolatria do poder, que busque o bem comum acima do seu proveito pessoal, que não tenha o objectivo de dominar seus semelhantes, que tenha clareza das formas para concretizar uma sociedade fraterna e justa e que lute por conquistá-la com seus pares. Aí está uma fórmula bem interessante para um governante que, com certeza, terá muitos adeptos orgulhosos por caminhar ao seu lado.

No entanto, para Santo Agostinho, apenas essas virtudes e propósitos são insuficientes. Segundo ele, só poderá existir concórdia na sociedade humana enquanto houver recto exercício da arte de governar. E isso só será possível quando governantes e governados aceitarem, adorarem, e cultuarem Deus. Caso contrário, declara Agostinho, o bom senso vai ceder lugar a uma torrente de vícios o que comprometerá todo o exercício do governo.

Agostinho alerta que a política é uma feita pelos homens e, como esses são marcados pelo pecado, ela só pode ser exercida com justiça e autenticidade se estiver imersa na graça de Cristo. A convivência justa nas organizações sociais só se realiza quando Cristo for a base, o alicerce e o centro, dirigindo todas as acções humanas.

Considera que a política é uma actividade fundamental para que a paz e o bem se instaurem na sociedade, para assegurar a tranquilidade e a ordem na vida das pessoas. Agostinho aponta que a função política só será correctamente vivenciada quando pautada pelo interesse dos governantes em servir e prestar culto ao verdadeiro Deus.

Em suas análises, ressalta a soberania que Deus tem sobre o mundo e o homem. E, para esse filósofo, quando o homem reconhece seu criador e passa viver sob seus dogmas, todas as acções humanas, – sendo que a política é uma delas –, alcançarão a finalidade suprema na vida terrestre e contribuirão para a felicidade dos cidadãos aqui e agora, preparando-os para a felicidade completa na cidade celeste. Segundo as palavras de Agostinho:

Também serviços prestados à pátria terrena, se fizeres com amor vero e religioso ganharás a pátria celeste [...] deste modo, proverás, de verdade, ao bem de teus concidadãos a fim de fazê-los usufruir não da falsidade dos prazeres temporais, nem da [...] impunidade da culpa, mas da graça da felicidade eterna. Suprimam-se todos os ídolos e todas as loucuras, convertam-se as pessoas ao culto do verdadeiro Deus e a pios e castos costumes, e então verás a tua pátria florir não segundo a falsa opinião dos estultos, mas segundo a verdade professada pelos sábios, quando esta pátria, em que nasceste para a vida mortal, será uma porção daquela pátria para a qual se nasce não com o corpo, mas pela fé, onde [...], após o inverno cheio de sofrimentos desta vida, florescerão na eternidade que não conhece ocaso [...] pois, o amor mais ordenado e mais útil pelos cidadãos consistem em levá-los ao culto do Sumo Deus e à religião. Este é o amor verdadeiro da pátria terrestre, que te fará merecer a pátria celeste (AGOSTINHO, Epist. 104, 10).

O êxito das organizações políticas estará assegurado quando todos os seus membros se consciencializarem que o bem da colectividade está acima dos interesses de grupos particulares, já que esses monopolizam a função política colocando-a a serviço exclusivo do bem particular. Para Santo Agostinho, o governante precisa agir de forma que o povo veja e reconheça nele alguém preocupado com sua vida temporal, sem medir esforços para construir uma sociedade fraterna e justa. É essencial que os cidadãos sintam-se amparados pelas leis e sistemas de governo que assegurem uma vida social digna, com condições de crescimento espiritual, visando ao pleno desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. Segundo Agostinho, isso só pode ocorrer se Deus estiver no centro e na base dos interesses políticos.

A função política não deve se limitar a resolver problemas de ordem material. Ao considerar que o ser humano é um todo. Agostinho defende que a função política deve direccionar seus esforços para favorecer aos cidadãos dessa

pátria terrena condições para a prática do culto ao Deus verdadeiro. Segundo ele, onde Deus não está presente a paz torna-se impossível. Portanto, a ética agostiniana se fundamenta no amor de Deus. Ela encontra sua verdadeira razão de ser, na prática do preceito evangélico: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”

O pensamento agostiniano sobre a política está fundamentado na transcendência do homem. A política, para Santo Agostinho, se articula com a teologia na qual guarda todas as esperanças. Dessa forma, para ele, a política tem função específica na cidade terrestre e é importante já que promove e prepara para a cidade celeste.

O exercício da função política em Santo Agostinho abrange a pessoa humana inteira tomando seu corpo e alma. Traça então um caminho teológico para aqueles que se sentem chamados para exercer cargos de governo. Agostinho defende que o objectivo relativo da política é garantir a tranquilidade, a ordem e o bem comum de todos os cidadãos. Para ele esses são bens necessários, porém não absolutos. Uma vez ancorada em Deus, pode promover a paz por excelência que, para Agostinho, só experimentaríamos aqueles que usufruem de Deus.

A legitimidade do poder está na relação com Deus, de onde origina todo o poder, o que faz Agostinho afirmar que “não há autoridade que não venha de Deus” (Rm 13:1). Vejamos como há uma intensa relação entre o uso do poder e a caridade.

Todas as instituições sociais, incluindo a política, têm como finalidade última fazer os homens inflamarem o desejo mais ardente expresso na oração do Pai-Nosso: “venha a nós o vosso reino.” Por isso que esse filósofo defende que amar a Deus e aos homens é a mesma coisa.

Como explicar o relativismo político entre a cidade terrestre e a cidade celeste que Agostinho apresenta? Santo Agostinho apresenta a sentido social e teológico da política quando a descreve a função que precisa ser exercida visando ao presente e também a eternidade. A reflexão agostiniana sobre a política considera que o homem é um peregrino sobre a Terra e que a pátria terrena não suprime o desejo e a busca da felicidade plena que só será verdadeiramente saciada na pátria celeste. Note como

esse relativismo político não desvaloriza as iniciativas na tentativa de solucionar os problemas sociais da comunidade. Ao contrário, o pensamento do fim último do homem, que está na cidade celeste, deve impregnar com suas marcas as actividades políticas. Isso evitará que o amor-próprio se constitua como um obstáculo na concretização do bem comum. O fim último da cidade terrestre é contemplar e ter como meta alcançar a república celeste, na qual, para Agostinho, prevaleceria a caridade.

2.3- O Iluminismo e a política no séc. XIX

O que nos faz viver em sociedade? Por que temos sido chamados a actuar como cidadãos dignos, éticos e justos? Qual é a importância de construir nossa consciência sociopolítica? São questões que temos reflectido sobre como nós nos formamos politicamente.

Nessas análises, estudamos os regimes políticos, a política como uma construção circunstancial para os sofistas, as concepções de Platão, Aristóteles, Agostinho e Maquiavel acerca do que nos forma, essencialmente, como seres políticos.

Nessa, vamos expandir as análises, pensando sobre o Iluminismo e a política no século XIX nas visões de Hobbes, Rousseau e Locke. Com novos estudos teremos a possibilidade de ampliar e aprofundar suas respostas sobre a situação - problema desse investigatório.

Um país essencialmente agrário, lá no início de seu processo industrial, enfrentava um período de imensas injustiças sociais. A sociedade era regida pelo absolutismo e se dividia em três classes: a primeira, a segunda e a terceira classe. A primeira classe era o Clero: formado por 2% da população, esses estavam isentos de pagar impostos. A segunda classe era a Nobreza: apenas 2,5% da população era nobre. Também esses não pagavam impostos e tinham acesso a cargos públicos. Nessa classe estava o rei, sua família e os nobres que frequentavam o palácio compartilhando das inúmeras benesses da família real. A terceira classe concentrava o restante da população, com pouco mais de 95%. Essa era a classe responsável por sustentar todo o reino. Formada por burgueses, camponeses, artesãos e pelo proletariado.

A burguesia, que estava incluída aqui, era composta pelos grandes comerciantes, banqueiros, advogados e médicos. Esses detinham certo poder económico, por meio do comércio e da indústria, mas não tinham direitos políticos, ascensão social nem liberdade económica.

Foi então que o Rei Sol chegou ao reinado com o país totalmente imerso em dívidas de antigos reinados, dívidas contraídas nas guerras de conquista da monarquia e também da manutenção da corte, que era muito luxuosa. O Rei Sol, assim como seus antecessores, detinham o poder absoluto, controlava todas as áreas: economia, justiça, política e até mesmo a religião. O povo não tinha voz, não podia votar, nem sequer emitir qualquer opinião sobre o governo. Todos que se opunham ao Estado eram presos ou condenados à morte na guilhotina. A população da terceira classe vivia em condições extremamente precárias. Grande parte era composta de camponeses pobres que trabalhavam em latifúndios ou feudos dos nobres. A economia passava por uma crise, mais da metade da população trabalhava no campo, porém, factores como secas e inundações, pioravam ainda mais a situação da agricultura fazendo com que os preços subissem. Eles sofriam com a fome e a miséria. Quase a totalidade dos salários eram revertidos em impostos altíssimos que pagavam a vida boa da nobreza e da família real. Toda esta situação fazia com que também a burguesia – ligada à manufactura e ao comércio – ficasse cada vez mais infeliz.

Na tentativa de contornar a crise, o Rei Sol resolveu cobrar mais tributos do povo. Sentindo que seus privilégios estavam ameaçados, a primeira e a segunda classe pressionavam o rei para convocar uma assembleia com o objectivo de obrigar o povo a assumir os novos tributos. O conflito entre os privilegiados da primeira e segunda classe com o povo – terceira classe – tomavam grandes proporções. Foi quando o povo se revoltou, saiu dessa organização de classes, reuniu-se e formou uma Assembleia Nacional Constituinte. O Rei Sol ainda tentou reagir, mas o povo permanecia unido, tomando conta das ruas. O slogan dos revolucionários era: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

2.4.1- Maquiavel e o realismo político

Nicolau Maquiavel, no final do século XV, consolidou a separação entre o poder temporal e espiritual em “O Príncipe”, obra que inaugura o pensamento político moderno. É a época na qual se dava o enfraquecimento dos papas e o fortalecimento dos reis na condução política. Trata-se, como destaca Chauí (2012), de uma obra demolidora e revolucionária em relação à tradição do pensamento político.

Por que Maquiavel foi tão revolucionário? Para elaborar as teorias políticas, de até então, os teólogos tomavam a Bíblia e o Direito Romano como ponto de partida, e os renascentistas – contemporâneos de Maquiavel – partiam das obras dos filósofos clássicos. Já Maquiavel, não. Ele toma a experiência concreta e real de seu tempo para formular o pensamento político. Traz respostas novas para uma realidade histórica igualmente nova que os contemporâneos tentavam interpretar usando a lente de autores antigos, sem observar o que acontecia à volta. Chauí (2012) ressalta quatro pontos nos quais podemos notar a ruptura maquiavelista com a tradição política:

1. Para Maquiavel, não há qualquer fundamento anterior e exterior à política: nem razão, nem Deus ou natureza. A obra “O Príncipe” aponta que toda cidade está cindida por dois desejos opostos: o desejo dos poderosos de comandar e oprimir e o desejo do povo, contrário a esse, de não ser nem comandado nem oprimido. Ora, para Maquiavel, essa divisão essencial já indica que não há homogeneidade originária da ordem natural, da razão do homem ou mesmo da vontade divina. O cenário social é então composto por lutas internas que nos obrigam a instaurar o poder político para unificar e dar identidade a essa realidade. A política nasce das lutas sociais e é produzida pela própria sociedade para dar a si mesma identidade e unidade e se configura como resultado da acção social a partir das divisões sociais.

2. Já que a sociedade é dividida na sua origem, jamais poderá se compor como uma comunidade homogénea, única, lutando por um objectivo como o bem comum. Maquiavel diz que essa imagem falsa de unidade social é uma arma que os poderosos utilizam para ludibriar, oprimir e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem únicos, como se todos

fossem irmãos vivendo em harmonia na comunidade. Note como Maquiavel destrói a ideia da boa comunidade política voltada para o a justiça e o bem comum como defendiam os pensadores cristãos, romanos e gregos. Afirma que o objectivo da política é a tomada e a manutenção do poder, coisa que os políticos sempre souberam.

3. Chauí (2012) indica o terceiro ponto da ruptura maquiavelista:

Maquiavel recusa a figura do Bom Governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. O príncipe precisa ter virtú, mas esta é propriamente política, referindo-se às qualidades do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. A tradição afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel afirma que o príncipe não pode ser odiado. Isso significa, em primeiro lugar, que o príncipe deve ser respeitado e temido – o que só é possível se não for odiado. Significa, em segundo lugar, que não precisa ser amado, pois isso o faria um pai para a sociedade e, sabemos, um pai conhece apenas um tipo de poder, o despótico. A virtude política do príncipe aparecerá na qualidade das instituições que soube criar e manter e na capacidade que tiver (fortuna ou sorte) para enfrentar as ocasiões adversas. (CHAUÍ, 2012, p. 460).

4. Segundo Chauí (2012), Maquiavel rejeita a divisão clássica dos regimes políticos – monarquia, aristocracia, democracia, assim como suas formas ilegítimas – tirania, oligarquia, demagogia/ anarquia – e, tampouco que o regime legítimo seja o hereditário e que o regime ilegítimo, aquele que foi tomado pela conquista. Na visão maquiavelista, todo regime político, com qualquer origem ou forma, poderá ser legítimo ou ilegítimo. Aponta que o critério para medir a legitimidade ou a ilegitimidade, é a liberdade.

O que Maquiavel nos responde, segundo Chauí (2012), é que o príncipe pode ser um monarca hereditário ou por conquista; pode também ser um povo que conquista o poder pela força. Segundo ele, qualquer desses regimes políticos será legítimo se for uma república e não tirania ou despotismo. Só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares. Ainda para Maquiavel, legitimidade e ilegitimidade dependem da forma como as

lutas sociais encontram respostas políticas capazes de assegurar o único princípio que rege a política: o poder do príncipe deve ser superior ao dos grandes e estar a serviço do povo.

A tradição grega uniu política e ética de forma inseparável. Já a tradição romana colocou na pessoa virtuosa do governante essa marca ética e política trazida da tradição grega. Por sua vez, conforme nos diz Chauí (2012), a tradição cristã transformou a pessoa política num corpomístico sacralizado que encarnava a vontade de Deus. Temos aqui o tripé hereditariedade, personalidade e virtude construindo o centro da política, voltada para o propósito de bem comum e justiça. Todo esse corpo de ideias é atacado e demolido por Maquiavel. Vejamos como ele revela a figura do príncipe virtuoso em Chauí (2012):

A *virtú* do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele oporá à fortuna, lutando contra ela. A *virtú* é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Em outras palavras, um príncipe que agir sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtú* alguma. Para ser senhor da sorte ou das circunstâncias, deve mudar com elas e, como elas, ser volúvel e inconstante, pois somente assim saberá agarrá-las e vencê-las. Em certas circunstâncias, deverá ser cruel, em outras, generoso; em certas ocasiões, deverá mentir, em outras, ser honrado; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em algumas, ser inflexível. O *ethos*, ou carácter do príncipe, deve variar com as circunstâncias, para que sempre seja senhor delas. (CHAUÍ, 2012, p. 461)

Percebamos como a ruptura que Maquiavel instaura é profunda: para ele, a lógica política está totalmente desvinculada das virtudes éticas dos indivíduos reveladas na sua vida privada. É Maquiavel quem aponta que os valores políticos são medidos pela utilidade social e pela eficácia prática, apartados dos valores que norteiam a moralidade privada das pessoas.

As expressões “maquiavélico” e “maquiavelismo”. Elas foram criadas lá no século XVI e são usadas até hoje. Para Chauí (2012) exprimem o medo que se tem da política quando esta é simplesmente política, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza. Maquiavel, ao inaugurar a teoria

moderna da lógica do poder como independenteda religião, da ética e da ordem natural, só poderia ter sido visto como “maquiavélico”.

Por que os termos maquiavélicos e maquiavelismo se relacionam a uma imagem satânica da política? Segundo Chauí (2012): no século XVI, para o Ocidente cristão, o príncipe maquiavelista, não sendo o bom governo sob Deus e a razão, só poderia ser diabólico, já que era antagónico ao divino. A teologia política instaurava a sacralização do poder. O oposto disso seria a demonização. É essa imagem satânica da política com acção social puramente humana que os termos maquiavélico e maquiavelismo designam.

CAPÍTULO III: CARATERIZAÇÃO METODOLOGICA DA PESQUISA

Neste capítulo são abordadas dentre outras questões, a classificação da pesquisa, as técnicas e os instrumentos e procedimentos de recolha de dados. Importa salientar que trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e do ponto de vista de abordagem do problema conforma-se com a descritiva.

De acordo com escritos de Gil (2008, p. 8), método é o “caminho para se chegar a determinado fim. E método científico, o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados para se atingir o conhecimento”.

Na realização de qualquer investigação científica, ou não, é importante determinar métodos de investigação, questão afluída por Manuel e Mendes (2016, p. 36), quando dizem que “na investigação científica a metodologia pressupõe a definição do tipo de pesquisa a realizar, a determinação dos passos a seguir, a precisão dos instrumentos de recolha, organização, tratamento e análise dos dados”.

Ramos e Narajo (2014, p.53) e Zassala (2013, p.41), classificam as pesquisas em: pesquisas exploratórias, pesquisas descritivas, correlacionais, explicativos, acção, primária e secundária, estudo de caso, pericial, experimental, longitudinal, transversal, jurídicas, sócio - jurídicas, teóricas e histórica.

Na leitura de diversas obras científicas compreende-se que as pesquisas científicas podem ser classificadas por vários tipos, variando sempre da perspectiva de cada investigador. Por exemplo, Demo (1989, apud Andrade 1997, p.14), classifica a pesquisa em pesquisa teórica, pesquisa metodológica, pesquisa empírica e pesquisa prática.

3.1- Classificação da Pesquisa

A pesquisa em causa é quanto a natureza uma pesquisa aplicada, já que nela se procura a ampliação dos conhecimentos sobre a necessidade da ética no ambiente político angolano e, propor um conjunto de princípios que possam contribuir para a solução do problema levantado.

Quanto ao problema é uma pesquisa com abordagem qualitativa. Pois nela, de forma aberta e sem manipulação, procurou-se compreender e a descrever a Necessidade da Ética no Ambiente Político Angolano.

Pensa-se que as pesquisas podem ser classificadas tendo em conta a sua natureza, aos objectivos, aos instrumentos de recolha de dados e a abordagem do problema.

Quanto aos objectivos Marconi & Lakatos (2006), Andrade (1997) e Gil (2002 e 2008), organizam as pesquisas em (3) três grupos: pesquisa exploratória; pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.

Relativamente aos objectivos, esta é uma pesquisa exploratória descritiva, na medida em que procurou aumentar os conhecimentos sobre a Necessidade da ética no Ambiente Político de Angola. Para fraseando Gil (2002), a pesquisa descritiva busca relatar a compreensão dos fenómenos estudados aplicados a realidade social, com vista a solução imediata de problemas específicos.

3.2- Tipo de pesquisa

Do ponto de vista de recolha de dados, esta é uma pesquisa bibliográfica, uma vez que baseou-se em livro, jornais e revistas científicas. “As pesquisas bibliográficas são desenvolvidas com base e material já elaborado, constituindo como principalmente por livros e artigos científicos publicado. Se propondo a fazer diversas análises e ou posições sobre um determinado problema” (Gil, 2002).

Por ser uma pesquisa bibliográfica é descartada o uso de população e amostra.

3.3- Vantagens e desvantagens da pesquisa bibliografia

Qualquer que seja o método empregue na realização de uma pesquisa científica, carrega consigo vantagens e desvantagens e, a pesquisa bibliográfica não foge a regra.

3.4- Vantagens da pesquisa bibliográfica

Segundo Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no facto de permitir ao Investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar directamente, sobre tudo quando o problema de pesquisar e quer dados muito dispersos pelo espaço.

Por exemplo, seria difícil realizar um censo populacional para compreender a necessidade da ética no ambiente político angolano. Pois levar-se-ia muito tempo e sem informações certas e/ou credíveis por causa da situação político que nos encontramos e, gastar-se-ia muitos recursos financeiros.

Nesses casos ela é aconselhável pois “em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os factos passados se não com base em dados bibliográficos” (Gil, 2022. p. 45).

3.5- Desvantagens da pesquisa bibliográfica

Sobre o assunto Gil (2002), comenta:

Muitas vezes, as fontes secundárias apresentam dados colectados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros. Para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisarem profundamente cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente. Gil (2002, p. 46)

Diante do acima exposto pode-se concluir a bibliografia nas pesquisas científicas, pode e deve ser usada como instrumentos de recolha de dados. Devendo no entanto o pesquisador ter muito cuidado com as fontes.

A pesquisa bibliográfica é um procedimento exclusivamente teórico, compreendida como a junção, ou reunião, do que se tem falado sobre determinado tema.

Conclusões

Após a análise e interpretação dos resultados do nosso trabalho de pesquisa concluiu-se que:

- ❖ Entende-se por ética, a ciência que estuda a conduta humana, busca fundamentar o bom modo de viver pelo pensamento humano e, está relacionada com o sentimento de justiça social.
- ❖ Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética, no entanto, todas as forças vivas contribuam para a sua efectivação, por isso é preciso libertar-se de todos meios de opressão e discriminação.
- ❖ Que se divulgue mais sobre a ética na política angolana não apenas numa escala partidária, mas sobretudo numa escala nacional, para que de facto, o pensamento ético -moral possa ecoar nas mentes dos angolanos e sobretudo dos jovens.

Sugestões

- ❖ Que se aflore mais a unidade nacional, tudo no sentido de elevar cada vez mais a ética no pensamento político angolano, não importa a filiação político-partidária, mas que se eleve o respeito mútuo pela diferença, pois ela é o motor do desenvolvimento.
- ❖ Que se promova mais a ética no contexto angolano, não apenas numa esfera política restrita, mas que seja visto quiçá numa dimensão mais geral e realística, de modo a enriquecermos o acervo político e histórico de Angola.
- ❖ Que às academias e, que os jovens estudantes encontrem um espaço sério e inclusivo para a reflexão sobre éticano pensamento político angolano e suas características no contexto das nações.
- ❖ Que se realize mesas redondas, debates e *workshops* sobre um olhar aos excluídos (anónimos e invisíveis) no arsenal político angolano e sobre a vida e obra dos nacionalistas angolanos.

Bibliografia

- Altuna, R. R. (2014). *Cultura Tradicional Bantu*. Luanda: Paulinas.
- Amaral, D. F. (2005). *Curso de Direito Administrativo, volume 1*. Coimbra: Almedina.
- Benedict, A. (1989). *Nação e consciência Nacional*. São Paulo: Ática.
- Berlin, I. (2006). *O poder das Ideias*. Lisboa: Relegio d'Água.
- Beycroft, T. (2006). *What is a Nation 1789-1914*. Oxford: University Press.
- Breuilly, J. (2000). *Abordagens do Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Burke, E. (2009). *Réflexions sur la révolution em France*. Paris: CNRS.
- Carvalho, J. d. (2004). *Manual de Direito Administrativo, 11ª edição, revista ampliada e actualizada, contendo as Emendas Constitucionais, nºs 41 e 42*. Rio de Janeiro: Lumen Juris .
- Costa, Â. d. (2017). *O Papel do Poder Local e das Autoridades Tradicionais no Desenvolvimento Local de Angola*. Academia de Direito Constitucional.
- Coupers, J. (2008). *Introdução ao Direito Administrativo, Vol. 2*. Lisboa.
- Cunha, L. (1994). *A Nação das Malhas da sua Identidade: O estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Braga: Universidade do Minho.
- Diasz-Abreu, M. (2003). *Arqueologia y Dictadura*. Málaga: Centro de Ediciones.
- Elias, N. (1997). *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Zahar: Rio de Janeiro.
- Feijó, C. (2001). *Problemas Actuais de Direito Público Angolano- Contributo para a sua compreensão*. Portugal: Principia.
- Fernandes, S. A. *A Autarquia Local, O Estado E A Sociedade Civil: Uma Abordagem Baseada Em Mafra*. Lisboa.
- Filho, J. d. (2008). *Manual do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Gabriel, M. L. (2014). Poder local e Autarquias locais: institucionalização e modelos para sua implementação. p. 15.
- Galiner, E. (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.

- Gallne, A. (1993). *O Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Gradiva.
- Gallner. (1993). *O Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Gradiva.
- Gérard, A. (1981). *A revolução Francesa*. São Paulo: Perspectiva.
- Gil. (1999).
- Gil. (1989). *Nação in Fernando Gil*. Lisboa: Casa da Moeda.
- Gil, A.
- Gil, J. (1989). *Nação in Fernando Gil*. Lisboa: Casa da Moeda.
- Greenfeld, L. (1998). *Nacionalismo: Cinco caminhos para a Modernidade*. Martins: Publicações Europa-Americas.
- Guerra, J. M. (2004). *Em defesa do direito consuetudinário angolano, in MAT, 1º Encontro Nacional Sobre a Autoridade tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território*. Luanda.
- Guibernau. (1996). *Nacionalismo - O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Guibernau, M. (1996). *Nacionalismo - O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Guibernau, M. (1997). *Nacionalismo: O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Hilário, E. C. (2014). *A Institucionalização Das Autarquias Em Angola: Análise Dos Pressupostos Constitucionais*. Luanda.
- Hobesbawm, E. (2008). *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mitoe realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jaime, L. M. (2015). *O Conceito de Autarquias Locais na Constituição da República de Angola- o caso do Município*. Lisboa: Universidade do Minho.
- Kitchen, M. (2006). *História Moderna da Alemanha*. São Paulo: Contraponto.
- Lara, L. (1998). *Um Amplo Movimento*. Luanda.
- Lira, S. (2000). *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo*. Lisboa: Gradiva.
- Marcondes, H. J. (2001). *Dicionário Básico De Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Maria, F. J. (2000). *Las burguesías europeas del signo XIX*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Melo, J. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Impresa de Ciências Sociais .
- Moreira, V. (1997). *Administração Autónoma e Associação Pública* . Coimbra: Almedina.
- Ndembe, A. d. (2014). Os desafios das autarquias locais no desenvolvimento de Angola. p. 16.
- Ngoenha, S. E. (2014). *Das Independências às Liberdades*. Moçambique: Paulinas.
- Ngoenha, S. E. (2014). *Das Independências às Liberdades*. Moçambique: Paulinas.
- Nóbrega, V. (1961). *Alemanha: esteio do mundo livre*. Rio de Janeiro: Freitas Basto.
- Numa, A. J. (2015). *Prólogo ao Projecto Mwangay: Construtivismo e Democracia*. Luanda: Damer Gráficas S.A.
- Nuvunga, A. (2012). *Tendências nas Eleições Municipais de 1998, 2003 e 2008*. Maputo: IESE.
- Oliveira, E. C. (2008). *Segurança Regional em Africa*. Luanda: Nzila.
- Pinto, J. (2008). *Direito Administrativo Angolano*. Luanda: UNIA.
- Poulson, L. (2009). *As Autarquias Locais E As Autoridades Tradicionais No Direito Angolano*. Luanda: Casa das Ideias.
- Rémond, R. (1994). *Introdução a História do noso tempo - Do antigo Regime aos Nossos dias*. Lisboa: Gradiva.
- Savimbi, J. (2010). *Angola a Reistências em Busca de uma Nova Nação* (1ª ed.). Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- Savimbi, J. (2009). *Discursos e Entrevistas (1976 - 1996)*. Luanda: Offset Lda.
- Savimbi, J. (2009). *Discursos e Entrevistas (1976 - 1996)*. Luanda: Offset Lda.
- Savimbi, J. M. (2010). *Angola a Reistências em Busca de uma Nova Nação* (1ª ed.). Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- Smith. (1991). *Origem do Nacionlismo*. São Paulo: Porto Editora.

Smith, A. (2000). *O Nacionalismo e os Historiadores*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Smith, A. (1991). *Origem do Nacionalismo*. São Paulo: Porto Editora.

Sobral, J. (2003). *A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português*. Lisboa: Gradiva.

Toucharde, J. (1991). *História das Ideias Políticas: Da revolução Americana ao marxismo* (Vol. III). Martins: Europa- Apontamento.

Veiga, A. M. (2012). *A Educação hoje- A realização integral e feliz da pessoa humana*. Portugal: perpétuo Socorro.

Wehler, H. (2001). *Nationalismus*. Munche: Beck.